

EXPERIÊNCIAS DO CAMPO AO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: Ser, Saber e Fazer Quilombola com o Santa Rita do Bracuí

Gabriel dos Santos Martins¹

Resumo

A relação sociedade-natureza é estabelecida e estruturada por paradigmas da moderno-colonialidade que guardam em sua essência o caráter da disjunção, da fragmentação, da simplificação, estabelecida pela redução da realidade. Relações que promovem profundas desigualdades, hierarquias e subjugação de saberes outros. O presente trabalho tem o objetivo de (re)afirmar outras referências epistemológicas no processo formativo em Educação Ambiental por meio da experiência com o Quilombo Santa Rita do Bracuí, localizado em Angra dos Reis-RJ. Busco entender como as práticas cotidianas ligadas à cosmovisão da comunidade e história de resistência estabelecida no território promovem concepções outras para tomarmos como referência a relação sociedade-natureza.

Palavras-chave: Educação ambiental dialógica, Giro descolonial, Troca de saberes.

Considerações iniciais

Frente ao avanço das ofensivas ideológicas, concretas e simbólicas do pensamento conservador do sistema capitalista em sua atual configuração, a Educação Ambiental (EA) crítica se estabelece enquanto essencialmente importante para a instituição da práxis voltada à transformação², sendo estabelecida pelo caráter da formação emancipatória e crítica aos processos ditatoriais, racistas, violentos, desiguais e degradantes que configuram diversas realidades do Brasil em múltiplas escalas.

A relação sociedade-natureza é estabelecida e estruturada por paradigmas que guardam em sua essência o caráter da disjunção, da fragmentação, da simplificação, estabelecida pela redução da realidade, relações fomentadas através do que MORIN (1999) chama de *paradigma da disjunção*, configurados fortemente na modernidade. Partindo de uma perspectiva mais complexa da realidade, considerando a totalidade do seu movimento na dialética dos processos históricos, econômicos e sociais (KONDER, 2008), considera-se a atual relação sociedade-natureza como processo problemático, constituído pelo pensamento *moderno-colonial* (PORTO-GONÇALVES, 2006) e consolidado pela ideologia do sistema

¹Graduando em geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: gabrielossantosmartins@yahoo.com.br

²Vale ressaltar que a transformação da realidade não se faz unicamente pela educação, como redentora de todos os males sociais. No plano do que se apresenta enquanto realidade, muitos fatores contribuem para tal movimento.

capitalista (LEFF, 2006). É problemático por conta das suas formas de atuação: hierarquizante, excludente, segregador, depreciativo. Nossa sociedade está firmada por essas referências, constituída pela ideologia do “progresso” e do “desenvolvimento”, um esquema linear extremamente ruim para a vida.

Tão importante quanto denunciar tais problemáticas, é promover relações dialógicas e explicar outras formas de ser, saber e fazer o ambiente, que se constituem resistências ao modelo hegemônico. Com isso, o presente trabalho tem o objetivo de (re)afirmar outras referências epistemológicas no processo formativo em EA através da experiência com o Quilombo Santa Rita do Bracuí, localizado em Angra dos Reis-RJ. Busco entender como as práticas cotidianas, ligadas à cosmovisão da comunidade e história de resistência estabelecida no território promovem concepções outras para tomarmos como referência a relação sociedade-natureza.

Pautado na construção de uma racionalidade ambiental implicada na formação de um novo saber e na integração interdisciplinar do conhecimento, “que se constrói desconstruindo a racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social” (LEFF, 2006, p.144), incluindo a universidade, que apesar de autonomia formal, tem suas atividades “afetadas pelos valores dominantes da sociedade na qual estão inscritas [...], deste modo, o mercado define vocações e cria interesses profissionais que internalizam a função eficientista, produtivista e utilitarista” (op. cit., p. 202). A construção de uma racionalidade outra se pauta pelos processos da educação, em seu caráter ontológico, construída e reconstruída nos espaços formais e não formais, e a EA “é dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos” (TOZONI-REIS, 2004, p. 147) através de postura crítica e emancipatória (GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2004). Tal movimento pode ser consolidado em EA por meio da *dialogicidade* (FREIRE, 1987) da universidade com outras referências epistemológicas provindas dos saberes tradicionais, com base na horizontalidade, na extensão voltada à *comunicação* (FREIRE, 1983).

A partir de tal premissa, a estruturação deste texto foi fomentada a partir da busca por referencial bibliográfico e por um trabalho de campo, em que foi estabelecido uma aproximação não direcionada à sistematização das falas, nos parâmetros metodológicos que envolvem procedimentos padrões, como a gravação ou o registro imediato. O trabalho de campo foi inspirado no relato teórico-metodológico da pesquisa participante de MARCOS

(2006); do processo de *implicação* da relação não dual e hierarquizante entre pesquisador e objeto (BAITZ, 2006) e da escuta sensível e necessária às pesquisas em EA (SÁNCHEZ, et. al., 2010). A partir desse contato com a comunidade, mediados por concepções dialéticas do processo formativo, será relatado algumas experiências que expressam a importância do diálogo com outros saberes para a consolidação de processos prático-formativos em EA, sem o medo de deixar transparecer a minha subjetividade, mas com os critérios para análise científica (DUARTE, 2002). Pretende-se, assim, a constituição e valorização de outros princípios, outras referências, capazes de tensionar o paradigma dominante/homogeneizante de forma reflexiva e crítica.

Por uma episteme descolonial: o diálogo de saberes na construção do conhecimento científico

Nesta seção do trabalho, ousou de forma incipiente tecer algumas considerações de uma postura teórico-metodológica diferenciada que construo na minha trajetória acadêmica, por conceber que a universidade deve ser o espaço de todos e todas, e de suas demandas relacionadas às problemáticas ambientais (que em caráter amplo estão relacionadas às questões que se desdobram pelos conflitos conjunturais e relacionais nas instâncias das dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas). Afirmando isso, quero dizer que o objetivo central do movimento de ação da academia deve ser dado pelo compromisso da emancipação social, da transformação dos paradigmas, tendo em vista uma sociedade mais justa e mais humana³. Para além da estética rígida do texto científico convencional me permito escrever em primeira pessoa para expressar tal opinião que se embasa em referenciais dos autores da descolonialidade.

A construção do conhecimento científico é um campo de disputa. A consolidação da ciência moderna também foi promovida por relações coloniais, desiguais, segregadoras e hierárquicas enquanto conhecimento privilegiado de um lugar de enunciação (Norte global), valorizado e imposto a outras formas de conhecimentos, outras formas de ser, de saber

³O sentido de humanidade aqui expresso converge acerca dos princípios da racionalidade e da emoção para a manutenção de sociabilidades fundamentadas pelo respeito ao outro, pela promoção da vida em sua ontologia e, principalmente, por relações que não têm como princípio relacional a lógica de mercado.

(sobretudo sobre os saberes dos povos colonizados). Quijano (2005, p. 237) descreve, sucintamente, como esse processo ocorreu:

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas – entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de reprodução de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada. Algo equivalente ocorreu na África. Sem dúvida muito menor foi a repressão no caso da Ásia, onde portando uma parte importante da história e da herança intelectual, escrita, pôde ser preservada. E foi isso, precisamente, o que deu origem à categoria de Oriente. Terceiro lugar, forçaram – também em medidas variáveis e cada caso – os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como subjetiva, especialmente religiosa. E este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.

A construção de uma episteme descolonial é de suma importância, pois permite a renovação de perspectivas teórico-metodológicas e de projetos de ações. Conhecimentos insurgentes, que devem nascer por uma crítica ao conhecimento científico moderno-colonial-ocidental que nega e subjuga outros saberes, para então, promover outras relações, outras formas de produção de sentidos, significados, experiências e teorias. É uma proposta que deve ter como princípio o diálogo de saberes. Cruz (2017, p. 28) relata que

O que os autores do pensamento descolonial sugerem é a necessidade de deslocamento dos lugares hegemônicos de enunciação (o norte global) para as periferias, para as margens, para os lugares subalternos de enunciação (o sul global). Descolonizar o saber, o pensamento, a ciência implica a construção de epistemologias outras que estejam vinculadas às experiências, às dores e aos sofrimentos dos grupos, lugares que são vítimas do processo colonial. A construção de “epistemologias do sul” (SOUSA SANTOS, 2010) “epistemologias fronteiriças” (MIGNOLO, 2003) que possam ser referências para a construção de outras bibliotecas, “bibliotecas descoloniais”.

Considerando as múltiplas escalas e lugares de enunciação, o Quilombo Santa Rita do Bracuí é um território que tem muito a contribuir com bibliotecas descoloniais, pois é um espaço constituído por grandes significados simbólicos, práticas e saberes emergentes por constituição da resistência, que podem oferecer estruturas de pensamentos renovados acerca das concepções de mundo, sociabilidade e de formas de ser e estar.

Pensar em como outros saberes têm o imenso potencial para a construção do conhecimento científico exige o esforço da análise metodológica, ou seja, como podem se dar os caminhos para a construção dos processos e dos movimentos que sejam capazes da promoção mais ontológica e sensível do pensamento científico. Silva (2016, p. 22) afirma que

ciência é ação política como muito bem demonstraram: Morin, 1993; Santos, 1996; Moreira, 2006; Lefebvre, 2008; e Massey, 2008. O fazer ciência é político, dizem Hobsbawm (1998) e Certeau (2007). Precisamos pensar no fazer ciência incluindo a compreensão das práticas e da visão de mundo por nós compartilhadas. Pensar nesse fazer científico cotidiano e nos sentidos das ações do fazer ciência.

Como ação política, a ciência é construção histórico-social, e por isso mesmo um campo em disputa. Pensar no fazer científico cotidiano institui a sua complexidade e o seu poder, mas a quem e para que serve esse poder? Meu esforço com esse escrito parte da posição de uma ciência emancipatória, descolonial, por meio da dialogicidade com os saberes tradicionais. Construção de um caminho que converge com o movimento prático-teórico de Silva (2017, p. 32) quando afirma que sua elaboração intelectual

Trata-se da busca de novas metodologias e novas epistemes que possam produzir novos olhares e novas interpretações sobre o mundo. Corroborando com os estudos de Certeau (2009), Ribeiro (2005, 2001) e Santos (1996), Martins (2002) e Jacques (2012), referentes à necessidade de construção de um método dialógico que valorize o banal, os homens e mulheres comuns, o cotidiano. Que valorize, portanto, a relação dialógica (troca de saberes) e dialética (a busca da totalidade analítica) capaz de aprofundar a compreensão entre as relações moleculares entre dominação e resistência, entre racionalidade hegemônica (rotinização das práticas sociais) e insurgências (novas visões de mundo).

São aportes teórico-metodológicos de extrema importância para pensar e concretizar uma EA crítica compromissada com o movimento da transformação dos paradigmas da moderno-colonialidade, por meio de um processo coletivo e emancipatório. Pensamento que vai de encontro ao que Loureiro (2004, p. 81) afirma ao definir a EA transformadora, essa que

ênfatisa a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações na natureza que definem os grupos sociais e o “lugar” ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. Baseia-se no princípio de que as certezas são relativas; na crítica e autocrítica constante e na ação política como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e de transformação social que possibilitem o estabelecimento de novos patamares de relações na natureza. Esta pode ser apresentada em três eixos explicativos.

Orientado por tais perspectivas, ofereço com esse trabalho o exercício de um diálogo de saberes para a promoção de uma EA promovida por referenciais outros, para a construção de uma ciência que valorize as diversas experiências, concepções, visões, fazeres e saberes. Uma construção promovida pela interação com o Quilombo Santa Rita do Bracuí, proporcionado por um trabalho de campo ofertado pelo curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Nova Iguaçu.

Tecendo o diálogo: princípios prático-formativos

A constituição do Quilombo é marcada por uma série de eventos que consolidam a *identidade territorial*, essa que é “definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto da realidade concreta” (HAESBAERT, 1999, p. 172), conjunto simbólico e material de extrema complexidade que será analisada como referência para processos formativos em EA. Segundo Abbonizio (*et. al.*, 2016, p. 397), a história da formação do Quilombo está ligada com a doação das terras feita por José de Souza Breves após a decadência de seus “negócios”

A Fazenda Santa Rita, ligada ao mar de Angra dos Reis, exercia um papel estratégico no abastecimento de mão de obra para as fazendas de café e cana-de-açúcar. Ela foi adquirida por José de Souza Breves em 1829 e serviu, durante muitos anos, como um porto seguro para o desembarque de africanos após a primeira proibição do tráfico atlântico, em 1831. Seu engenho produzia essencialmente aguardente, mercadoria chave no comércio escravista na costa atlântica.

A partir da década de 1850, com a ratificação da proibição ao tráfico pela Lei Euzébio de Queiroz e com o aumento da repressão ao comércio de pessoas, a Fazenda Santa Rita chegou a ser vasculhada diversas vezes pela polícia da Corte em busca de “negros novos”. Nos anos seguintes, a fazenda entra em um período de decadência [...].

Esse relato foi exposto para a minha turma como primeira atividade no Quilombo. Sentamos em roda e ouvimos pela a Griô⁴ como se deu a constituição do território. As relações entre oralidade, cultura, história, cotidiano e ação expressam uma das principais características da organização social ali presente. O tempo da oralidade permite uma desaceleração dos pensamentos, que tem as nuances da pausa das falas para alguma expressão da história contada, além de permitir o encontro, os olhares.

⁴“A palavra griô tem origem na tradição oral africana, utilizada para designar mestres portadores de saberes e fazeres da cultura, esses transmitidos oralmente”. Disponível em: www.processocom.org/2016/06/01/a-importancia-de-grios-na-socializacao-de-saberes-e-de-fazeres-da-cultura/ (acesso: 30/09/17).

Por meio da história passada, entendemos, também, como se constitui a resistência da comunidade frente aos conflitos promovidos pelo grande capital imobiliário em Angra dos Reis-RJ, um território extremamente valorizado para o turismo, trazendo consigo uma nova estruturação do espaço por meio dos grandes empreendimentos imobiliários. Abbonizio (*et. al.*, 2016, p. 395) afirmam que

Apesar do documento comprobatório da doação, as terras da antiga fazenda Santa Rita do Bracuí nunca foram oficialmente declaradas como de posse dos descendentes daqueles trabalhadores e trabalhadoras. A ausência de documentação legal favoreceu a realização de diversos negócios ilegais em torno daquele território. Segundo relatos das pessoas mais velhas do quilombo, por volta de 1904-1905, alguns antigos moradores, acreditando assinar o documento de legalização da posse, teriam assinado a venda de suas terras a certa pessoa, cujos herdeiros irão protagonizar diversos outros conflitos em períodos mais recentes. Dentre eles, é importante destacar a construção de um condomínio de luxo na parte litorânea da antiga fazenda, antecedido por um processo violento de expulsão dos moradores, que tiveram suas casas incendiadas, lavouras arrasadas e outros tipos de coerção para abandonar a área de interesse imobiliário.

Mais uma vez, a lógica linear-desenvolvimentista é promotora de injustiças e violências para a obtenção de capital, instaurando lógicas que estabelecem as vidas outras (que não se enquadram no paradigma moderno) como banais, atrasadas e empecilhos ao desenvolvimento. A resistência do Quilombo não é somente para a permanência na terra, é uma luta para a manutenção da vida em seu caráter ontológico, em defesa de outros mundos, outras possibilidades, bem como afirma Escobar (2016, p. 4)

Como pensamos a defesa da vida? O pensamento dos movimentos sociais contemporâneos nos oferece pautas para abordar essa questão. Ao falar em cosmovisão, por exemplo, ou ao afirmar que a crise ecológica e social atual é uma crise de modelo civilizatório, ao apostar na diferença ou ao fazer referência à identidade e especialmente [...] ao insistir no exercício de sua autonomia; em todas essas expressões percebe-se que muitos dos movimentos denominados “étnico-territoriais” [...] enfatizam esta outra dimensão: a dimensão da vida ou dimensão ontológica.

A relação sociedade-natureza estabelecida no Quilombo é constituída por princípios integrativos e harmônicos que constituem a identidade territorial provida dialeticamente pelos processos dos saberes e fazeres tradicionais. Algumas dessas concepções (que podem exercer referências formativas outras) serão explanadas, oriundas das observações, diálogos e anotações em campo.

O princípio político e filosófico que rege a organização territorial é promovido por concepções que integram a coletividade e cooperação, a terra é vista como um bem comum, importante para as relações culturais e históricas. O caráter simbólico do território emerge

frente à premissa da propriedade privada (como ideologia promulgada pelo capital) fundante da sociedade moderna, assim como afirma Giuliani (1999, p. 3)

Antes de tudo, podemos dizer que o capitalismo e a Indústria não são duas formas sociais separáveis, nem historicamente, nem sociologicamente. O processo de acumulação capitalista se dá com a concentração dos meios produtivos e da riqueza nas mãos de uma classe, e é importante lembrar que inicia com a privatização da propriedade da terra como o mais importante bem produtivo proporcionado pela natureza.

O sentido da cooperatividade está presente em muitas situações cotidianas e expressam o respeito entre os pares da comunidade. Cooperatividade e solidariedade que não constituem os modos de ser e estar da sociedade moderna, pois só se firma enquanto tal através de referências pautadas no egoísmo, na individualidade. A construção do ambiente (caráter amplo) do Quilombo é firmada por concepções que divergem da nossa organização dita normal. As festas se constituem exemplos claros, pois são produzidas de forma coletiva, com a contribuição da comunidade, onde todos e todas podem aproveitar das comidas e bebidas.

Outra característica que expressa grande importância provém de uma pequena agrofloresta que ajuda alimentar a comunidade. Frutas e verduras são cultivadas de acordo com o tempo lento, o tempo de maturação de cada item, sem uso de agrotóxicos e outros de insumos. A natureza é respeitada em toda a sua complexidade, até mesmo nos processos de colheita: não retiram todos os frutos da árvore, sempre deve ficar algum para os pássaros se alimentarem. A nossa produção de alimentos, tratada como mercadoria pela lógica da expansão produtiva e do lucro é responsável pelo avanço da fronteira agrícola fomentada pelo agronegócio, caracterizada pelo monocultivo à base de agrotóxicos, pelo desmatamento e perda da biodiversidade, além de instituir diversos conflitos entre pequenos agricultores, indígenas e quilombolas. Essa lógica precisa ser combativa radicalmente, outros modos de produção precisam ser tomados como parâmetros, lógicas que integram sociedade-natureza, pautadas na relação de respeito às dinâmicas socioambientais.

Outro princípio formativo com o qual a EA crítica pode se pautar por meio da extensão e comunicação com a comunidade é promovido pela essência da resistência. EA crítica deve ser, por princípio, resistente. O Quilombo se estabeleceu no território historicamente pela resistência e hoje luta por sua permanência frente ao grande capital imobiliário (ligado ao turismo de massa) e aos grileiros que tentam desocupar os moradores quilombolas. As resistências da comunidade emergem do conflito territorial e pelas disputas

ideológicas do discurso do desenvolvimento, a EA tem muito a aprender e a contribuir por meio dos processos de resistências, pois o *campo* ambiental também é estruturado por conflitos e disputas. Eis o movimento da produção de conhecimento por meio de uma experiência concreta que une diversas percepções do ser, saber e fazer ao *campo* da EA.

Considerações finais

A EA crítica deve ser pensada e construída por meio de um projeto coletivo que integre a diversidade dos saberes como pauta central para o seu estabelecimento frente aos paradigmas da sociedade moderna, capitalista, ocidental. Um projeto que deve ser fomentado pela dialogicidade, da comunicação que se dá com a extensão entre a universidade com movimentos sociais, povos tradicionais e outros.

O Quilombo Santa Rita do Bracuí tem muito a ensinar, e a universidade muito o que aprender. A centralidade que integra o natural se funda na cosmovisão e no modo de vida através dos mecanismos identitários da comunidade, expresso pela história de resistência constituída pela cooperação e coletividade. Concepções que precisamos integrar no nosso cotidiano acadêmico, familiar, enfim, social.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica (biênio de 2016 a 2017) que proporcionou o desenvolvimento e consolidação dos referenciais teóricos e metodológicos do escrito apresentado, que se articula com o tema de pesquisa da bolsa (com a orientação do professor Mauro Guimarães).

Um forte agradecimento aos integrantes do Quilombo do Santa Rita do Bracui pelo recebimento tão carinhoso e gentil. Obrigado por sua resistência no território! Permanência que abre caminhos à esperança de um mundo melhor.

Referências

ABBONIZIO, Aline Cristina de Oliveira; DE SOUZA, Amanda; RAMOS, Emerson Luiz. **A afirmação Quilombola no Quilombo Santa Rita do Bracuí**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.14, n.02, p. 393 – 413 abr./jun.2016 e-ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP, 2016.

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na geografia? **Boletim Paulista de Geografia. Número 84** São Paulo, 2006.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In CRUZ, Valter do C.; OLIVEIRA, Denílson A. (orgs). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37-54.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, março/ 2002 Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, 2002.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”**. CLIMACOM Cultura Científica – Pesquisa, Jornalismo e Arte. Ano 02 – volume 02, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GIULIANI, Gian Mario. **A questão ecológica, a indústria e o capitalismo**. Raízes, ano XVIII, nº 19, maio de 1999.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In LAYRARGUES, Philippe. (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-35.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In RODENDHAL, Z; CORRÊA, R.L (Orgs). **Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.**

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6º ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental Transformadora. In LAYRARGUES, Philippe. (coord). **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 25-35.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante**. Boletim paulista de Geografia, SP, nº 84, p. 105-136, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: Diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americana. **GEOgrafia – ano VIII – N. 16 – 2006.**

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

SÁNCHEZ, Celso; MONTEIRO, Bruno; MONTEIRO, Renata. Na trilha das pedras: algumas considerações sobre as metodologias de educação ambiental e o processo de escuta. **Rev. Eletron. Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010.**

SILVA, Cátia A. **Por uma geografia das existências: Movimentos, ação social e produção do espaço**. Ed. Consequência. Rio de Janeiro, 2014.